



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER CLJR/071/97, em 22 de setembro de 1997.

Exmº Sr.
Vereador Geraldo Bicalho Calçado
Presidente da Câmara Municipal de Ubá
Nesta

Em 2ª e 3ª votações:

Aprovado por unanimidade

Em 06/10/97

Galeão
Vereador **Geraldo Bicalho Calçado**
Presidente da Câmara

Em 1ª votação:

Aprovado por unanimidade

REF.: PROJETO DE LEI Nº 061/97

Em 29/09/97

Galeão
Vereador **Geraldo Bicalho Calçado**
Presidente da Câmara

"Dispõe sobre o atendimento ao usuário de serviços públicos municipais e dá outras providências".

Senhor Presidente:

Os Vereadores abaixo-assinados, membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, de posse do Projeto de Lei em evidência, emitem o seguinte Parecer:

1º)- Pretende o Vereador Fernando Fagundes a aprovação do Projeto de Lei em evidência, que "dispõe sobre o atendimento ao usuário de serviços públicos municipais e dá outras providências".

2º)- Pretende a exigência da colocação de quadros, cartazes ou sinais nos setores de atendimento à comunidade, registrando de forma clara o nome do setor, horário de atendimento, serviços prestados, bem como, as formalidades e procedimentos a serem cumpridos pelo usuário;

3º)- Consideramos louvável a iniciativa, que permite a evolução do conceito de cidadania, esclarecendo o usuário final dos procedimentos necessários e da forma de atendimento. No entanto, propomos a alteração do prazo para adequação dos órgãos e entidades de que trata o presente Projeto de 60 (sessenta) para 180 (cento e oitenta) dias;

4º)- A matéria se enquadra na legislação vigente.

Assim sendo e com a ressalva apresentada, somos de parecer favorável à aprovação.

É o que nos parece, S.M.J.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL:

Jose Wander Moreira
Vereador **Jose Wander Moreira**
Presidente

Miguel Poggiali Gasparoni
Vereador **Miguel Poggiali Gasparoni**
Titular

Sebastiao Antonietto
Vereador **Sebastiao Antonietto**
Titular



Prefeitura Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI N.º 2.756, DE 14 DE OUTUBRO DE 1997.

Dispõe sobre o atendimento ao usuário de serviços públicos municipais e dá outras providências.

O Povo do Município de Ubá, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os órgãos e as entidades da Administração Direta e Indireta do Município e as pessoas jurídicas delegatárias de serviço público municipal que prestem atendimento direto à população deverão manter, em cada um de seus setores de atendimento, quadros, cartazes ou sinais que informem:

I - o nome do setor, o horário de funcionamento e os serviços prestados;

II - as formalidades e os procedimentos a serem cumpridos, bem como os documentos a serem providenciados pelo usuário para a prestação do serviço.

Parágrafo 1º. As informações serão claras e precisas e deverão estar em local de fácil visualização.

Parágrafo 2º. Na entrada das dependências do órgão ou da entidade deverá haver indicação da localização dos setores de atendimento de que trata o artigo.

Art. 2º. Os órgãos e as entidades de que trata o artigo anterior terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para cumprimento do disposto nesta Lei, contados da data de sua publicação.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Ubá, MG, 14 de outubro de 1997.


NARCISO PAULO MICHELLI
Prefeito de Ubá